

TransparênciaBrasil

Relatório de Atividades de 2017

Atividades do ano de 2017

O incentivo ao controle social com uso de tecnologia cívica juntamente ao trabalho de advocacy sem dúvida marcaram a atuação da Transparência Brasil em 2017.

Criamos o Tá de Pé, aplicativo que permite a qualquer cidadão fiscalizar o andamento de obras de escolas e creches financiadas pelo governo federal.

Lançamos o Achados e Pedidos, portal de monitoramento e compartilhamento de pedidos de acesso à informação mantido em parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).

Demos início ao Obra Transparente, projeto em parceria com o Observatório Social do Brasil (OSB) que capacita voluntários de observatórios sociais em 21 cidades do sul e sudeste do Brasil, para o monitoramento da construção de creches e escolas.

Além disso, tivemos mais um novo projeto aprovado, o Diversidados, que será realizado no ano de 2018 e pretende capacitar e fornecer mentoria em dados abertos para mulheres negras, ampliando a representatividade neste campo é dominado por homens brancos.

No âmbito do projeto Tá de Pé, oficializamos acordo de cooperação com a Controladoria Geral da União (CGU), que dará seguimento aos alertas de atrasos em obras enviados pela Transparência Brasil, com base nas fiscalizações recebidas pelo aplicativo. Realizamos também uma Hackathon em Minas Gerais, buscando novas soluções tecnológicas tanto para aprimoramento da fiscalização dos gastos públicos com educação quanto para uso dos dados gerados pelo projeto.

Publicamos dois relatórios de repercussão nacional, em um deles mostramos que 46% das obras de escolas e creches realizadas com recursos federais estavam atrasadas ou paralisadas. No segundo levantamento, revelamos o descumprimento sistemático da Lei de Acesso à Informação (LAI) por parte dos principais órgãos públicos brasileiros, em estudo que envolveu mais de 200 órgãos.

Já dentro do escopo do Obra Transparente, realizamos com os observatório sociais parceiros levantamento sobre a situação de 135 obras de escolas e creches monitoradas pelo projeto. Os nossos parceiros locais também realizaram eventos locais de divulgação do projeto para gestores e representantes da sociedade civil em seus municípios. Capacitamos 80 voluntários para o monitoramento de obras

públicas por meio de dois cursos online e um curso presencial, oferecido em Gravataí (RS). Para além do OSB, que gerencia a rede de observatórios, também estabelecemos parcerias com a CGU, engenheiros e advogados.

Paralelamente ao advocacy realizado no âmbito de cada um dos projetos, atuamos também no Conselho de Transparência do estado de São Paulo, na elaboração e acompanhamento do 1º Plano de Governo Aberto da Prefeitura de São Paulo junto à OGP (Open Government Partnership) e nas reuniões do Grupo de Trabalho Segurança e Transparência, junto ao governo de São Paulo para aprimorar a transparência dos órgãos de segurança estaduais.

A convite do Tribunal de Contas da União (TCU), passamos a integrar grupo temático de “Combate à Fraude e Corrupção” do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública (Cecap).

Por último, mas não menos importante: mudamos de endereço, em dezembro: estamos no Cívi-co, espaço de coworking em Pinheiros que reúne empresas e organizações que promovem impacto social.

Projeto Tá de Pé



Em agosto de 2017, fizemos o lançamento oficial do aplicativo Tá de Pé para todo o Brasil. Ele permite que cidadãos auxiliem na fiscalização de obras de escolas e creches financiadas pelo governo federal, tirando fotos do andamento da obra pelo aplicativo.

O projeto recebeu financiamento do Google, após vencer -- pelo voto popular -- o Desafio Google de Impacto Social em 2016 com mais de X votos.

De agosto a dezembro, o aplicativo teve mais de quatro mil instalações. Com base na localização do usuário, ele fornece uma lista com as obras de escolas e creches mais próximas. O cidadão deve se dirigir a uma delas e enviar fotos da obra por meio do aplicativo, que são então analisadas por uma equipe de engenheiros parceiros da Transparência Brasil.

Caso a foto contenha indícios de atraso, um alerta é enviado para o órgão executor da obra. Se em quinze dias o cidadão não obtiver uma resposta, o alerta é reenviado para o órgão financiador e, depois de quinze dias, para o órgão de controle responsável pela obra.

Atualmente constam no aplicativo as obras do programa PAR e PROINFÂNCIA financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo assim, os órgãos que recebem o alerta atualmente são respectivamente, a prefeitura do município responsável pela execução da obra, o FNDE e a Controladoria-Geral da União (CGU).

Anteriormente ao lançamento, trabalhamos no desenvolvimento e teste do aplicativo, estabelecemos parcerias para o projeto, além de analisar e mapear as informações sobre os programas federais que seriam monitorados.



Relatório

Juntamente com o lançamento do aplicativo e para demonstrar a importância do projeto, publicamos o relatório "[Quase metade das obras de creches e escolas públicas de programas do Governo Federal estão atrasadas ou paralisadas](#)". Destaque na edição do [Bom Dia Brasil](#) no dia 14 de agosto, nosso levantamento repercutiu em manchetes de todo o país. Com base em dados do FNDE, identificamos que 29% das obras de escolas e creches estavam paralisadas e 17% já deveriam ter sido entregues até a data da análise.

Além disso, identificamos que os dados disponíveis sobre as etapas de execução das obras, valores dos repasses, endereços das construções, datas de assinatura de contrato e previsão de entrega são muitas vezes imprecisos ou estão ausentes. A carência de dados consistentes é indicativo de que tanto o FNDE quanto os órgãos de controle não possuem informações suficientes para realizar uma fiscalização efetiva da política de infraestrutura educacional.

No âmbito do Tá de Pé, firmamos acordos de cooperação técnica com a CGU e iniciamos diálogo com o Ministério Público Federal (MPF) visando o mesmo fim.

Além deles, fizemos parcerias com a organização Engenheiros sem Fronteiras, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-PE) e engenheiros individuais para análise das fotos com base no cronograma da respectiva obra.

Para obtenção desses cronogramas, a Transparência Brasil realizou pedidos de informação a diversos órgãos públicos, neste processo, percebemos a falta de sistematização e centralização dessa documentação. Solicitamos ao FNDE e a órgãos de controle como Tribunais de Contas e, em boa parte dos casos, foi-nos informado que deveríamos entrar em contato com cada uma das prefeituras. No entanto, isso inviabilizaria a obtenção de tais documentos, visto que o programa de financiamento monitorado pelo Tá de Pé se estende a mais de quatro mil municípios brasileiros.

A não centralização desses cronogramas é mais um indício da falta de capacidade de fiscalização do governo federal. Além dos pedidos já realizados ao longo de 2017, no próximo ano, pretendemos focar parte de nossas energias para obtenção desses documentos.

Também tentamos obter dados do FNDE que não estavam disponíveis no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec). Isso porque, nessa base de dados, estão disponíveis apenas informações referentes ao último contrato de cada obra, dificultando a mensuração do atraso de obras que tiveram diferentes contratos.

Desde nossa primeira solicitação, em fevereiro de 2017, e depois de diversos recursos, recebemos em setembro de 2017 uma resposta da Controladoria Geral da União constatando que, diferentemente do alegado pelo FNDE, os dados solicitados, de fato, não estavam disponíveis no site.

Divulgação

A publicação do relatório sobre a situação das obras no país foi muito bem-sucedida na tarefa de aumentar a visibilidade quanto ao problema que o Tá de Pé pretende solucionar, que é justamente a falta de controle no gasto de recursos públicos destinados a tais obras. No entanto, a ampla aparição na imprensa não se reverteu em download expressivo do aplicativo.

Além do relatório, fizemos uma parceria com uma agência de comunicação que produziu um vídeo de divulgação do projeto e também ficou responsável, durante x meses, pela criação e gerenciamento da campanha de divulgação do aplicativo no Facebook. Após esse período, assumimos novamente a totalidade das atividades de comunicação do projeto.

Mesmo quando a campanha foi exitosa em aumentar o número de instalações do aplicativo, que até o dezembro ultrapassou a marca de quatro mil, recebemos poucas fiscalizações in loco. Esse tem sido o maior desafio do projeto: conseguir com que as pessoas de fato visitem obras em andamento e tirem fotos com o aplicativo.

Além disso, também mapeamos influenciadores digitais e organizações para divulgação do aplicativo. O rapper Thaíde, o educador Mário Sérgio Cortella e o criador do projeto de educação "Caindo no Brasil", Caio Dib, são algumas das figuras públicas que divulgaram o Tá de Pé em suas redes.

Projeto Achados e Pedidos



Iniciado em julho de 2016, o projeto Achados e Pedidos é resultado de uma parceria entre a Transparência Brasil e a Abraji, ainda que a instituição beneficiária oficial seja a Abraji. O objetivo geral do projeto é aumentar o nível de transparência governamental no país, divulgando a existência e o funcionamento da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Para isso, criamos um portal que funciona como repositório colaborativo de pedidos de acesso à informação e que foi lançado em 10 de março de 2017 em evento na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, que reuniu cerca de 130 pessoas. Entre os debatedores estavam representantes de organizações da sociedade civil e jornalistas, um deles, o estado-unidense Philip Eil, que venceu em 2015 uma batalha judicial contra a agência norte-americana de combate às drogas em busca de documentos pela lei de acesso à informação dos EUA.

Com o Achados e Pedidos, é possível verificar, antes de realizar um pedido, se a resposta já foi enviada a outra pessoa. Além de economizar tempo de cidadãos e jornalistas, isso evita pedidos repetidos à administração pública e cria uma base de dados extensa o bastante para análises de taxa de resposta dos diferentes órgãos e esferas de poder ou do número de recursos realizados.

Realizamos também um trabalho de divulgação do projeto com a campanha “O que você quer saber?” veiculada por mídias sociais. Apenas em seu mês de lançamento, o site alcançou a marca de seis mil visualizações, atingindo mais de 47 mil até o final de 2017. Atualmente, temos 175 usuários cadastrados e a plataforma foi visitada por

cerca 8,5 mil usuários únicos, que puderam acessar o banco de pedidos e realizar buscas sem cadastro.

O Achados e Pedidos foi divulgado tanto na mídia quanto em eventos. No total, o portal ou estudos feitos em seu âmbito foram tema de 40 notícias em mídia eletrônica ou impressa e duas televisivas. Além disso, foi apresentado em 15 eventos públicos.

Como forma de aumentar a base de dados do Achados e Pedidos e de fazer um mapeamento ainda mais expressivo dos órgãos que possuem algum tipo de sistematização de seus pedidos de informação, a Transparência Brasil solicitou a 207 órgãos do país planilhas com todos os pedidos recebidos por eles desde que a LAI entrou em vigor com as respectivas respostas.

Ao fim do levantamento, publicamos o relatório [“Quase metade dos principais órgãos públicos brasileiros descumprem a Lei de Acesso à Informação”](#) em setembro e que teve ampla divulgação na imprensa, obtendo alcance nacional, ao ser tema de reportagem da Globo News. Ao longo de 2017, o projeto foi citado por pelo menos 37 matérias jornalísticas.

Os resultados demonstraram a importância de um projeto de monitoramento da LAI: 48% dos órgãos sequer responderam ao pedido, 23% atenderam parcialmente ao pedidos e apenas 15% atenderam integralmente ao pedido. Dos órgãos que



forneceram as informações boa parte não tinha as informações sistematizadas e a maioria não tinha forma automatizada de gerar planilha com dados solicitados. É grave também que 72% dos órgãos que atenderam ou atenderam parcialmente ao pedido forneceram dados pessoais dos solicitantes, informações que deveriam ter sido protegidas.

A partir dessa série de pedidos, a Transparência Brasil provocou o surgimento do debate acerca da sistematização e armazenamento dos pedidos de informação entre os responsáveis pelo sistema de informação ao cidadão eletrônico (e-SIC) de diversos órgãos públicos.

Em função desses desafios, a Transparência Brasil e a Abraji têm levado para diversos eventos os problemas encontrados e ampliado a discussão com outros atores para definir pautas conjuntas de advocacy.

Como próximos passos, o projeto pretende classificar as bases recebidas para disponibilização desses pedidos na plataforma, aumentar o número de usuários da além de analisar o atendimento e uso da LAI.

Projeto Obra Transparente



O Obra Transparente consiste em uma rede de 21 observatórios sociais, concentrados em cinco estados (MG, PR, RS, SC e SP), os quais atuam no monitoramento de obras de escolas e creches financiadas pelo governo federal em seus municípios. O projeto é implementado em parceria com o Observatório Social do Brasil.

Trata-se de uma iniciativa paralela ao projeto Tá de Pé, financiada pelo Fundo das Nações Unidas para a Democracia (Undef). O lançamento oficial do Obra Transparente aconteceu no Encontro Nacional dos Observatórios Sociais em maio de 2017, na cidade de Curitiba.

O objetivo central da iniciativa é ampliar a transparência e a accountability na execução de projetos de infraestrutura educacional, atuando tanto para pressionar governos para a retomada de obras inacabadas, como para prevenir novos atrasos e paralisações por meio de um controle social mais ativo.

O projeto busca também fortalecer a atuação dos observatórios sociais em três frentes: a) treinamentos para o monitoramento de obras públicas; b) assessoria técnica aos observatórios; e c) compartilhamento de experiências e boas práticas.

As ações iniciais do projeto envolveram a realização de um levantamento, pelos observatórios sociais parceiros, de dados sobre as 135 obras monitoradas pelo projeto. Os voluntários dos observatórios solicitaram às prefeituras informações

sobre a situação de cada obra e, para obras já iniciadas, o percentual executado e a data prevista de entrega.

Esse levantamento foi complementado por visitas aos locais das obras em cada município. Além disso, os observatórios realizaram pequenos eventos de divulgação do projeto em seus municípios, apresentando a representantes da sociedade civil local seus objetivos e as informações obtidas sobre as obras



Os dados iniciais coletados pelos observatórios parceiros já contribuíram para revelar diversos problemas na implementação das obras monitoradas. Das 133 obras para que obtivemos informações das prefeituras, 23 (17%) estavam paralisadas e mais da metade (56%) ainda não foi iniciada. Em vários casos, as prefeituras obtiveram do Governo Federal o compromisso de financiamento sem sequer garantir alguns pré-requisitos básicos para a execução da obra, como um terreno adequado e a infraestrutura mínima para o seu entorno.

Outro problema identificado em vários municípios está relacionado ao fracasso na implementação da chamada metodologia inovadora na construção de creches. Introduzida pelo Governo Federal em 2013, a política de construção de creches pelo sistema inovador com painéis pré-moldados prometia custos menores e entrega em poucos meses. Quatro empresas executoras foram contratadas diretamente pelo Governo Federal em três pregões eletrônicos, porém grande parte das creches não chegou a ser construída. Com isso, várias prefeituras solicitaram a reformulação dos projetos originais ao FNDE, para que possam ser executados segundo metodologia convencional de construção, em alvenaria, o que tem gerado grandes atrasos para que essas obras prometidas finalmente saiam do papel.

Em outubro e novembro de 2017, o projeto iniciou um ciclo de capacitações aos observadores sociais, oferecendo dois módulos de treinamento para o monitoramento de obras, sendo o primeiro focado no acompanhamento de licitações

de obras públicas, e o segundo no monitoramento das fases de execução e entrega da obra.

Dois treinamentos online foram oferecidos para 80 voluntários dos observatórios participantes do projeto. Como complemento, 25 desses voluntários participaram também de um treinamento presencial de dois dias em Gravataí (RS), em que o conteúdo foi aplicado na análise prática de documentos relativos à contratação e à execução de obras nos municípios, bem como na visita a três obras em estágios distintos. Para a elaboração dos treinamentos, contamos com a colaboração de servidores da Controladoria-Geral da União (CGU), bem como de especialistas em licitações e engenheiros.

Em 2018, a próxima fase do projeto envolverá o acompanhamento sistemático das obras pelos observatórios sociais parceiros. Para o monitoramento de obras em execução, os voluntários do projeto utilizarão também o aplicativo Tá de Pé para documentar a situação verificada nas vistorias às obras. Os observatórios sociais contarão também com o suporte de uma Câmara Técnica com equipes jurídicas e de engenharia, para auxiliá-los na análise dos documentos das obras.

Ambos os cursos foram muito bem avaliados pelos participantes: o Módulo I obteve nota média de 4,5 (de 5 pontos) e o Módulo II, de 4,6; em ambos os casos, 100% dos participantes declararam que recomendariam o curso para outros observadores sociais.

Advocacy

Uma dos principais objetivos da Transparência Brasil é impactar o poder público para que ele se torne mais transparente e íntegro. Em 2017, nosso trabalho de advocacy foi realizado por diferentes meios, desde representação em conselhos e fóruns e participação em audiências públicas até contato direto com servidores públicos de forma remota ou em eventos a convite dos próprios órgãos.

Oficialmente somos membros como representantes da sociedade civil do:

- Conselho de Transparência do Senado Federal
- Conselho de Transparência do Governo do Estado de São Paulo
- Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA)
- Fórum de Gestão Compartilhada do Plano de Governo Aberto da Prefeitura de São Paulo

Lei de Acesso à Informação

No âmbito do Achados e Pedidos, realizamos advocacy junto ao poder público com o objetivo de aumentar o atendimento e *enforcement* da Lei de Acesso à Informação (LAI). Ao entrar em contato com órgãos e servidores e por meio de nossas próprias solicitações, pressionamos justamente para que eles passassem a sistematizar e disponibilizar as solicitações e respostas dos pedidos de informação feitos a cada um deles. Acreditamos que a simples iniciativa de dar transparência aos pedidos já teria impacto significativo para aumentar o cumprimento da LAI.

Com este objetivo, de abril a setembro, o trabalho de advocacy consistiu principalmente no processo de entrar em contato com os órgãos na tentativa de obter as bases de pedidos e respostas de acesso à informação de cada um deles anonimizada. Tal processo incluiu a divulgação dos resultados em palestras e participação em eventos junto ao poder público. No total, os resultados do relatório foram apresentadas em 10 eventos com presença de órgãos do poder público, sendo seis deles organizados pelo próprio poder público.

Em maio, apresentamos o Achados e Pedidos e os resultados preliminares do levantamento no “Seminário 5 anos da Lei de Acesso”, organizado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU). Merece

destaque também a III Reunião Extraordinária da Rede de Ouvidorias em junho de 2017, organizada pela Ouvidoria Geral da União (OGU) como parte do Programa de Fortalecimento das Ouvidorias, que possibilitou discussão direta com uma série de órgãos que compartilharam dados pessoais de usuários ao responder às solicitações da Transparência Brasil e negaram ou negaram parcialmente o acesso às bases de pedidos de informação. Em julho, estivemos presentes em outro evento da OGU, desta vez o Seminário Regional de Transparência e Controle Social. Tais oportunidades proporcionaram espaço aos servidores para relatarmos as dificuldades enfrentadas para atendimento da LAI e à Transparência Brasil de apresentar os problemas identificados e apontar necessidades de melhorias.

Conselho de Segurança do Estado de São Paulo

A partir dos pedidos de informação registrados no Achados e Pedidos, levamos dois casos de desrespeito à Lei de Acesso à Informação ao Conselho de Transparência do Estado de São Paulo.

O primeiro deles consistia nos pedidos da Associação dos Especialistas em Políticas Públicas do Estado de São Paulo (AEPPSP) a respeito de cargos comissionados em órgãos do Governo do Estado, cadastrou no Achados e Pedidos diversas tentativas de obter uma mesma informação, sem sucesso. O tema foi apresentado na 59ª Reunião do Conselho no dia 2 de agosto de 2017 sob o título “Descumprimentos das decisões da Ouvidoria Geral do Estado sobre a LAI”.

O segundo caso tratava-se de dados de gasto e consumo energia elétrica por parte do Governo do Estado. O tema foi levado à 61ª reunião do Conselho no dia 27 de setembro de 2017. Após tentativas da consultoria Mitsidi em obter tais informações com diferentes órgãos e secretarias estaduais, todas cadastradas no Achados e Pedidos, levamos ao Conselho a necessidade de organização e transparência desses dados no âmbito estadual. Em ambas oportunidades, a Ouvidoria do Estado se comprometeu a dar seguimento às demandas.

Grupo de Trabalho (GT) sobre Segurança Pública e Transparência

Ao longo de 2017, a equipe da Transparência Brasil continuou participando das reuniões do Grupo de Trabalho (GT) sobre Segurança Pública e Transparência, criado a partir de resolução aprovada na 48ª reunião¹ do Conselho de Transparência

¹ http://www.transparencia.sp.gov.br/atas-conselho/cronograma_reunioes_novo_48.pdf

do Estado de São Paulo, em agosto de 2016², Conselho do qual a Transparência Brasil é representante.

O GT se reuniu diversas vezes durante o ano de 2017, contando com representantes da Ouvidoria Geral e do Arquivo Público do Estado de São Paulo e de órgãos de segurança pública como Polícias Militar e Civil, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Administração Penitenciária e Fundação Casa. Como representantes da sociedade civil fizeram parte do GT, além da Transparência Brasil, as entidades Artigo 19 e Instituto Sou da Paz.

Com o objetivo de encaminhar recomendações concretas quanto à ampliação da transparência dos órgãos de segurança pública, as discussões do GT foram divididas em dois grupos temáticos: dados pessoais e sigilo. No primeiro tema houve diversos avanços no debate, entre eles quanto à publicidade de Boletins de Ocorrência, disponibilização de informações sobre mortes, dados quanto à população sob custódia do Estado e sobre processos de apuração e disciplinares de tais órgãos. Entre os compromissos assumidos está o da Secretaria de Administração Penitenciária de organizar os dados de seu site, tendo sido sugerida a inclusão de dados como orçamento da Secretaria, custos dos presos, faixa etária, etnia, presos estrangeiros, gastos com escolta, população carcerária total, número de presos vs. número de delitos.

Já quanto ao tema de sigilo, os órgãos de segurança mostraram-se bastante resistentes, impedindo que houvesse avanço na discussão, apesar da insistência dos representantes das organizações da sociedade civil. A alegação dos órgãos era de que não haveria como debater a questão do sigilo, se os dados eram sigilosos, ao que defendemos que haveria possibilidade de conduzir a discussão por grandes temas e pelos critérios para decretação de sigilo, sem entrar em seu mérito, ponto sobre o qual não se atingiu consenso. Diante deste impasse, o GT foi encerrado em novembro de 2017 e está sendo formulado relatório final dos resultados de 2016 e de 2017 a ser apresentado na primeira reunião de 2018 do Conselho de Transparência do Estado de SP.

² Mais informações sobre o contexto de criação deste Grupo de Trabalho podem ser encontrados no Relatório Anual da Transparência Brasil referente ao ano de 2016.

Plano de Governo Aberto da Prefeitura de São Paulo - Fórum de Gestão Compartilhada

A atuação de advocacy da Transparência Brasil também incluiu, assim como em 2016, a participação no Fórum de Gestão Compartilhada³ do Plano de Ação de Governo Aberto⁴ da Prefeitura de São Paulo. A Prefeitura Municipal de São Paulo foi um dos 15 governos subnacionais escolhidos para compor o projeto piloto Cidades Pioneiras da Open Government Partnership (OGP), em 2016 foram definidos cinco compromissos a serem implementados ao longo de 2017.

Além de participar das reuniões gerais mensais de acompanhamento do Plano de Ação, a Transparência Brasil ficou responsável pelo monitoramento de dois compromissos especificamente, um deles quanto à formação de uma rede de servidores como ponto focais de Governo Aberto nas diferentes secretarias do governo municipal e outro cujo objetivo era criar um Plano de Comunicação de Governo Aberto na Prefeitura. O primeiro deles foi o mais bem sucedido, tendo a cidade hoje a Rede Info Aberta com membros de diversas secretarias.

Os demais compromissos atuavam nas temáticas de fortalecimento dos Conselhos Participativos, ampliação do programa de formação Agentes de Governo Aberto e criação de uma rede de laboratórios de inovação pela cidade.

Apesar do esforço empreendido pelas organizações da sociedade civil pertencentes ao Fórum de Gestão Compartilhada, os compromissos não foram todos atingidos, principalmente por falta de recursos orçamentários e humanos para sua implementação.

Em novembro de 2017, aconteceu o Encontro Regional das Américas da OGP, no qual estiveram presentes representantes de 18 governos nacionais e subnacionais para debater e definir uma agenda que refletisse os interesses da comunidade regional em relação a uma política de dados abertos. Tanto a Transparência Brasil quanto a Prefeitura Municipal de São Paulo estiveram presentes no Encontro.

Tendo em vista que a OGP decidiu dar continuidade às parcerias com todos os entes subnacionais participantes do plano piloto de 2017, neste ano de 2018 começará a formação de um novo plano de ação para o município de São Paulo. Junto ao Fórum de Gestão Compartilhada, a Transparência Brasil está participando do planejamento

3

http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/governo_aberto/Paginas/forum-de-Gest%C3%A3o-Compartilhada.aspx

4

https://www.opengovpartnership.org/sites/default/files/Sao-Paulo_Subnational_Action-Plan2016_POR.pdf

e definição de como esse processo funcionará, levando em conta os aprendizados obtidos a partir da realização do plano anterior.

Citações na mídia nacional e internacional

A Transparência Brasil foi citada 183 vezes em reportagens na imprensa em 2017. Um recorte importante é que 65 destas menções foram em veículos regionais. Embora algumas notas sejam replicações de matérias publicadas por portais maiores, uma grande parte das menções faz referência ao impacto de nossos projetos sob as políticas públicas regionais. Esse resultado é positivo, uma vez que é importante que levemos nossa mensagem a diferentes lugares do país.



Piauí

Órgãos públicos do Piauí negam informações, aponta relatório do Transparência Brasil

20/09/2017 @ 14h04



imprimir

Após cinco anos de sua vigência, quase metade dos principais órgãos do estado brasileiro descumprem a Lei nº 12.527/2011 de Acesso à Informação (LAI) e ignoram pedidos de informação. No primeiro semestre de 2017, a Transparência Brasil enviou pedidos de informação

Na mídia internacional, o destaque fica para a reportagem "Como a Grande Indústria Viciou o Brasil em Junk Food", veiculada no jornal estadunidense *The New York Times* com citação ao nosso relatório "Financiamento eleitoral e lobby da indústria de alimentos no Congresso Nacional" (veja imagem abaixo). O relatório foi produzido

em 2016 sob encomenda da Aliança de Controle do Tabagismo (ACT), com o intuito foi verificar o impacto da indústria de alimentos ultraprocessados sobre a atividade legislativa brasileira.

Também fomos citados pelo Centro Knight para Jornalismo nas Américas, sediado no Texas (EUA), que escreveu uma matéria sobre o lançamento do Achados e Pedidos.



Presença Digital

Facebook

O perfil oficial da Transparência Brasil terminou o ano com 27.348 curtidas, recebendo 4.582 novas curtidas ao longo de 2017. O número de novas curtidas foi similar ao de 2016.

O conteúdo da página alcançou 2 milhões de usuários únicos entre janeiro e dezembro. A página foi visualizada cerca de 9.000 vezes, sendo 50% das visitas composta por usuários únicos, isto é, pessoas que jamais tinham acessado a página anteriormente.

Vale ressaltar que 86% do alcance foi oriundo de posts patrocinados. Fizemos 138 posts em 2017, sendo 51 deles patrocinados. A decisão foi por direcionar o orçamento do Facebook à divulgação do Tá de Pé: dentre os posts patrocinados, 43 deles foram relacionados ao projeto.

O maior número de posts e a maior taxa de alcance da página ocorreu justamente em agosto, mês de lançamento do Tá de Pé e que teve um grande fluxo de postagens. Nosso post com maior alcance do ano foi, inclusive, um vídeo de divulgação explicando o funcionamento do Tá de Pé. O vídeo, que foi um post pago, alcançou 703 mil pessoas e teve 112 mil visualizações em agosto. Por outro lado, nosso melhor post orgânico foi feito para a divulgação do Achados e Pedidos e teve alcance de 394 mil usuários únicos.

Sobre o tipo de conteúdo, ao longo do ano postamos 12 vídeos próprios, 77 imagens e 41 links (redirecionando para publicações de nosso site ou de outros sites na internet), entre outros conteúdos.

Por fim, nossa taxa de resposta às mensagens na página melhorou. Em 2016, respondíamos em um dia, em média; em 2017, nossa média de resposta foi de apenas alguns minutos.

Twitter

A Transparência Brasil fez 197 tuítes ao longo de 2017 em seu perfil no Twitter, o @trbrasil. O perfil oficial da organização terminou o ano com cerca de 19.000 seguidores, ante pouco mais de 17.000 no fim de 2016.

Se em 2016 passamos o ano com apenas 51 tuítes, em 2017 a Transparência aumentou sua presença nesta rede social, realizando 197 postagens, além de retweets (compartilhamentos) de conteúdo de outras páginas. Os posts obtiveram 243 mil impressões -- uma média de cerca de 1.000 impressões por tuíte. As impressões geraram 413 retweets e 663 curtidas. Isso significa que tivemos uma média de 3,4 curtidas e 2,1 retweets por postagem, o que ainda é um número relativamente baixo para uma página oficial e com a credibilidade da Transparência Brasil.

Assim como no Facebook, o Tá de Pé foi responsável por um grande número de postagens. A partir de agosto, o perfil ficou voltado sobretudo a sua divulgação. O [tuíte](#) oficial de lançamento do Ta de Pé, por exemplo, rendeu mais de 3.000 impressões, três vezes maior que a média de nossos tuítes.

Grande parte de nossos tuítes são gerados automaticamente com replicação de posts realizados no Facebook, nossa rede social principal. Para o próximo ano, um dos objetivos é pensar em conteúdo específico para o Twitter.

Também recebemos 484 marcações em outras páginas (de pessoas físicas ou de organizações e veículos jornalísticos) e cerca de 9.500 visitas a nosso perfil. Entre as vezes em que fomos citados, destaque para parceiros como a Abraji [divulgando](#) o relatório conjunto de como os principais órgãos públicos descumprem a Lei de Acesso. Um dos tuítes de maior destaque foi quando também a Abraji [divulgou](#) nosso curso online gratuito sobre a LAI, que rendeu 538 interações.

Site

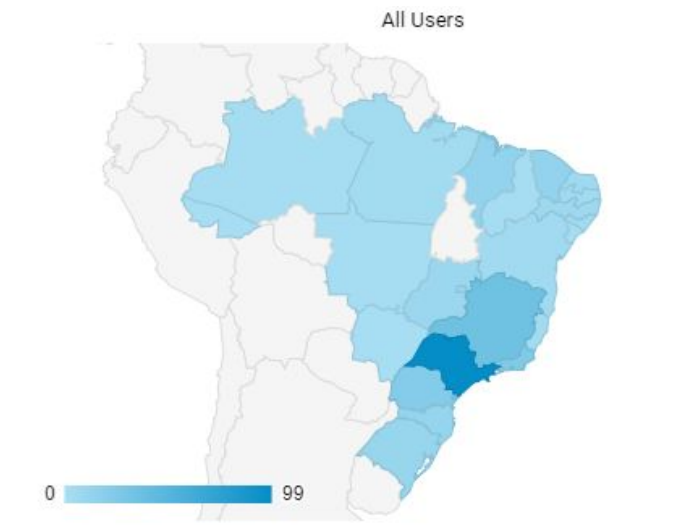
O site oficial da Transparência Brasil (<https://www.transparencia.org.br>) recebeu 1.040 visitas de usuários únicos em 2017. Destas, somente 284 visitas vieram de usuários do Brasil⁵. Uma observação é que a maior parte dos acessos veio da Rússia⁶,

⁵ Para localizar os usuários brasileiros e evitar contabilizar eventuais bots, escolhemos a geolocalização como metodologia em vez da língua do navegador. Embora as visitas de países de língua inglesa sejam inexpressivas, 16% dos visitantes têm navegador configurado em

de modo que, entre as dez primeiras cidades que acessaram nosso site, apenas três são brasileiras.

Dentre os usuários que acessaram dentro do Brasil, o tempo médio de permanência no site foi de 3 minutos, e cada usuário visitou, em média, duas páginas dentro da página. Isso significa que os usuários ainda não gastam muito tempo navegando entre nossos projetos, sendo a visita apenas superficial. Cerca de 34% das visitas são de novos usuários, ou seja, pessoas que nunca haviam visitado o site anteriormente.

No Brasil, as cidades com mais acessos ao site são, em ordem, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, assim como os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, também em ordem (veja mapa de usuários abaixo).



inglês, enquanto 17% estão em português, o que mostra que usuários brasileiros podem ter as configurações em outras línguas por padrão.

⁶ Percebe-se que os acessos vindos da Rússia foram mais rápidos que a média. O tempo médio de permanência para os acessos russos é de cerca de 40 segundos, enquanto, no Brasil, o tempo médio é de 3 minutos. Por esse motivo, resolvemos desconsiderar as visitas do exterior e focar nos acessos que vieram de máquinas dentro do Brasil.